



Prefeitura Municipal de Natividade da Serra

Edital de Audiência Pública

Cumprimento das Metas Fiscais

(Lei de Responsabilidade Fiscal)

TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018

*A Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, em atendimento ao disposto no § 4º, do Artigo 9º, da Lei Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, torna público a realização da **Audiência Pública** para apresentação à Comissão de Finanças da Câmara Municipal, da avaliação do cumprimento das **Metas Fiscais** do Município, relativas ao no **Terceiro Quadrimestre de 2018**, que ocorrerá no **dia 12 de fevereiro de 2019**, com início às **18:00 horas**, no **plenário da Câmara Municipal de Natividade da Serra**, situada à Rua dos Fernandes, nº 251 – Centro, convidando os interessados e a população do Município.*

Natividade da Serra, 29 de janeiro de 2019.

Maria Lourdes de Oliveira Carvalho - Prefeita Municipal



Ata de Audiência Pública

3º Quadrimestre de 2018

(art. 9º, § 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2019, com início às 18:00 horas, na Câmara Municipal, em atendimento ao disposto no parágrafo 4º, Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000 – a Prefeitura Municipal de Natividade da Serra, por sua Diretoria de Finanças, apresenta à Comissão de Orçamento e Finanças da Câmara Municipal e aos interessados que compareceram à reunião, o **RESULTADO DA EXECUÇÃO DAS METAS FISCAIS do Terceiro Quadrimestre de 2018** do Município de Natividade da Serra.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

ART. 9º....

§ 4º - ATÉ O FINAL DOS MESES DE MAIO, SETEMBRO E FEVEREIRO, O PODER EXECUTIVO DEMONSTRARÁ E AVALIARÁ O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DE CADA QUADRIMESTRE, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO REFERIDA NO § 1º DO ART. 166 DA CONSTITUIÇÃO OU EQUIVALENTE NAS CASAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS.

A Audiência Pública é um dos instrumentos de transparência da Gestão Fiscal, e deve ser amplamente divulgada, para que haja a devida participação popular na Administração Pública.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

ART. 48 - SÃO INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL, AOS QUAIS SERÁ DADA AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIOS ELETRÔNICOS DE ACESSO PÚBLICO: OS PLANOS, ORÇAMENTOS E LEIS DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS; AS PRESTAÇÕES DE CONTAS E O RESPECTIVO PARECER PRÉVIO; O RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL; E AS VERSÕES SIMPLIFICADAS DESSES DOCUMENTOS.

CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

Com relação ao cumprimento das Metas Fiscais, os principais objetivos do Município na Audiência Pública são:

- Demonstrar as receitas arrecadadas no período, comparadas com a sua previsão;**
- Demonstrar as despesas realizadas executadas no exercício;**
- Comparar as Receitas e Despesas do exercício;**
- Demonstrar e analisar as metas de Resultado Primário e Resultado Nominal;**
- Comparar as Metas e as Dívidas do município;**
- Avaliar os índices legais de aplicação de despesas com pessoal e os previstos na Constituição Federal em Saúde e Educação.**

A IMPORTÂNCIA DO CUMPRIMENTO DOS PRAZOS

O envio correto de dados corretos e dentro do prazo estabelecido por lei (Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal- RGF), evita que o Município seja impedido de receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

E mais importante: demonstra que o gestor está atuando de acordo com os princípios preconizados na Lei de Responsabilidade Fiscal, oferecendo à sociedade a transparência das informações necessárias ao controle social.



ANÁLISE DO RESULTADO BRUTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária analisa os comportamentos das Receitas e das Despesas Orçamentárias. O quadro abaixo demonstra que a Receita Bruta do exercício comportou-se de acordo com as previsões contidas no PPA, na LDO e na LOA, demonstrados desta forma:

(A) ARRECADAÇÃO

RECEITAS	PREVISTA ANUAL	ARRECADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	25.454.000,00	25.925.678,70	101,85
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.254.400,00	980.621,93	78,17
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	130.000,00	119.645,45	92,03
RECEITA PATRIMONIAL	209.800,00	84.621,33	40,33
RECEITA DE SERVIÇOS	200,00	0,00	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.222.000,00	28.045.757,90	103,03
(CONTAS REDUTORAS)	(3.418.400,00)	(3.351.554,61)	98,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	56.000,00	46.586,70	83,19
RECEITAS DE CAPITAL	460.000,00	648.360,67	140,95
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	460.000,00	648.360,67	140,95
TOTAL DA RECEITA	25.914.000,00	26.574.039,37	102,55

(B) DESPESAS

DESPESAS	AUTORIZADA ANUAL (Atualizada)	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	26.166.254,65	25.641.757,36	98,00
PESSOAL E ENCARGOS	14.658.320,00	14.594.356,27	99,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.507.934,65	11.047.401,09	96,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.523.245,35	915.595,52	601,11
INVESTIMENTOS	1.239.245,35	631.841,64	50,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	284.000,00	283.753,88	99,91
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	-
TOTAL DA DESPESA	27.689.500,00	26.557.352,88	95,91
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (A - B) - SUPERÁVIT		16.686,49	0,06

O Resultado Bruto da Execução Orçamentária (pela despesa liquidada) demonstrada acima apresentou superávit da ordem de R\$ 16.686,49 (0,06%), atendendo ao estabelecido nas Leis Orçamentárias - PPA, LDO e LOA.

No comportamento da execução da despesa, procurou-se realizar dentro da normalidade, conforme preveem as peças orçamentárias, nos parâmetros da legislação vigente.

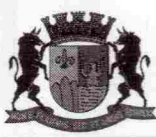
ANÁLISE DO RESULTADO PRIMÁRIO

Para facilitar a análise do Resultado Primário, necessitamos conhecer os seguintes demonstrativos, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal:

RECEITA FISCAL LÍQUIDA - refere-se à Receita Bruta, reduzidas as receitas de valores de empréstimos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios de dívidas de terceiros recebidos);

DESPESA FISCAL LÍQUIDA: trata-se da Despesa Bruta, descartadas as despesas referentes a empréstimos, financiamentos e outros recursos financeiros (principal, juros, acessórios da dívida pagos).

O **RESULTADO PRIMÁRIO** apura a diferença entre a **Receita Fiscal Líquida** e a **Despesa Fiscal Líquida**, (receita e despesa bruta, excluídos os valores oriundos de receitas e despesas financeiras).



RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS FISCAIS	PREVISTA NO QUADRIMESTRE	REALIZADA NO QUADRIMESTRE	ÍNDICE %
RECEITAS CORRENTES	25.454.000,00	25.925.678,70	101,85
RECEITAS DE CAPITAL	460.000,00	648.360,67	140,95
SUBTOTAL	25.914.000,00	26.574.039,37	102,55
DEDUÇÕES			
(-) RENDAS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	165.500,00	37.943,71	22,93
RECEITA FISCAL LÍQUIDA	25.748.500,00	26.536.095,66	103,06
DESPESAS FISCAIS	AUTORIZADA NO PERÍODO	LIQUIDADADA NO PERÍODO	ÍNDICE %
DESPESAS CORRENTES	26.166.254,65	25.641.757,36	98,00
DEDUÇÕES			
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	-
SUBTOTAL	26.166.254,65	25.641.757,36	98,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.523.245,35	915.595,52	60,11
DEDUÇÕES			
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	284.000,00	283.753,88	
SUBTOTAL	1.239.245,35	631.841,64	50,99
DESPESA FISCAL LÍQUIDA	27.405.500,00	26.273.599,00	95,87
RESULTADO PRIMÁRIO		262.496,66	0,99

O SUPERÁVIT PRIMÁRIO de R\$ 262.496,66 (0,99%), demonstra que durante o período, foram cumpridas as metas de Resultado Primário previstas nos instrumentos orçamentários do município (Meta Fixada na LDO 2018 = R\$ 671.500,00).

ANÁLISE DO RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal evidencia as variações do estoque líquido da Dívida de Longo Prazo (as dívidas consolidada e fundada) e seu cálculo utiliza a capacidade financeira para fazer face aos pagamentos das dívidas.

RESULTADO NOMINAL

RESULTADO NOMINAL	EXERCÍCIO ANTERIOR (A)	PERÍODO ATUAL (B)
I - DÍVIDA CONSOLIDADA	3.657.535,18	4.023.746,41
ATIVO DISPONÍVEL E HAVERES FINANCEIROS	1.445.959,28	1.853.581,14
(-) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	630.737,50	1.118.200,74
II - DEDUÇÕES (*)	815.221,78	735.380,40
III- Dívida Consolidada Líquida (I - II)	2.842.313,40	3.288.366,01
IV- Receita de Privatizações	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III - V)	2.842.313,40	3.288.366,01
RESULTADO NOMINAL (B-A)		446.052,61

Pelo resultado acima, apurou-se no exercício um leve aumento do saldo de estoque de dívidas consolidadas do Município, contudo, ainda dentro dos limites constitucionais estabelecidos para o Resultado Nominal no período. (Meta Fixada na LDO 2018 = R\$ 720.800,00)

DESPESAS COM PESSOAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		3º QUADRIMESTRE	
	R\$	%	R\$	%
	24.396.994,41		25.925.678,70	
DESPESAS TOTAIS COM PESSOAL	12.781.372,13	52,39	13.346.702,37	51,48
LIMITE PRUDENCIAL 95% (PAR.ÚN.ART.22 LRF)			13.299.873,17	51,30
LIMITE LEGAL (ART. 20 LRF)	13.174.376,98	54,00	13.999.866,50	54,00
DESPESA LÍQ. INATIVOS E PENSIONISTAS	231.056,59	0,95	250.750,31	0,97
LIMITE LEGAL (§1º,ART.2ºLEI FEDERAL 9.717/98)	2.927.639,33	12,00	3.111.081,44	12,00



DÍVIDA CONSOLIDADA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	EXERCÍCIO ANTERIOR		3º QUADRIMESTRE	
		24.396.994,41		25.925.678,70
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	R\$	%	R\$	%
	3.657.535,18	14,99	4.023.746,41	15,52
LIMITE LEGAL (ARTS 3º E 4º - RESOLUÇÃO Nº 43 SENADO)	29.276.393,29	120,00	31.110.814,44	120,00

CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

SAÚDE

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado com Recursos Próprios na Saúde	2.748.836,79	3.838.598,14
Percentual Aplicado em Saúde (%)	15%	20,95%

EDUCAÇÃO

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Ensino (Art. 212 CF)	4.581.394,66	5.836.246,40
Percentual Aplicado no Ensino (%)	25%	31,85%

FUNDEB

Descrição	Limite Legal	Aplicado
Valor Aplicado no Magistério	1.751.659,51	2.655.311,27
Percentual Aplicado com o Magistério (%)	60%	90,95%

PUBLICAÇÕES

- Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre/2018.
- Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO 6º Bimestre/2018.
- Relatórios publicados no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 13.050, págs. 2B, 3B e 4B de 29/01/2019.
- Encaminhamento das publicações dos relatórios da RREO e do RGF ao sistema AUDESP no dia 29/01/2019.
- Edital de audiência publicado no jornal “Diário de Taubaté” Edição nº 13.051, pág. 3B de 30/01/2019.

RESULTADO APURADO - CUMPRIMENTO DOS LIMITES E PRAZOS LEGAIS

- O Município está com as finanças em equilíbrio.
- O Município cumpriu os limites para gastos com pessoal.
- Cumpriu os limites para Dívidas de Longo Prazo.
- Publicação do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º Quadrimestre/2018.
- Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO 6º Bimestre/2018.
- O Município comprovou a aplicação dos valores previstos na Constituição Federal com Saúde e Educação (inclusive Fundeb).

Para atendimento à legislação vigente, ao encerramento da sessão foi lavrada a presente ata, e assinada a lista de presença por todos os presentes, que faz parte integrante da ata. Natividade da Serra, 12 de fevereiro de 2019.



LISTA DE PRESENÇA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE DA SERRA, REFERENTE AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019, ÀS 18:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL.

Nº	NOME	RG	ASSINATURA
1	Xene Gonçalo da Silva	48.273.639-2	Xene Gonçalo
2	Fabiana Cap. S. Cie	43.334.374-0	Fabiana
3	Jose Paucio Santos	10.214.849-1	Jose Paucio Santos
4	Evail Augusto dos Santos	30755114-3	Evail Santos
5	BENEDITO VEDZI MINATI	14.228.017-3	Benedito
6	Patricia A. Ferreira	30473263-1	Patricia
7	Maria de Lourdes Meneucci	14.228.082-3	Maria de Lourdes Meneucci
8	Denise Cristina M. Meneucci	30.567.371-3	Denise
9	Thamires Lurcio de Almeida	45958964-7	Thamires
10	Aldiana Sp. da Silva	34.687.845-7	Aldiana
11	Lírio Aparecido	43.317.345-2	Lírio Aparecido
12	ROBERTO GIUNTA	14.649.333	Roberto
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			